

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: O PAPEL DAS FUNDAÇÕES CORPORATIVAS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

PRIVATE SOCIAL INVESTMENT: CORPORATE FOUNDATIONS ROLE IN SOCIAL POLICIES MANAGEMENT

Natalie Perret

Universidade Católica de São Paulo

Mestre em Administração

Endereço: Rua Monte Alegre, 984 5.andar. Perdizes. Cep 05014-901 - Sao Paulo, SP - Brasil

Telefone: (11) 36708513 Ramal: 8400 Fax: (11) 36708513

Email: nathaliepgm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3437272356703930>

Luciano Junqueira

Universidade Católica de São Paulo

Doutor em Administração

Endereço: Rua Monte Alegre, 984 5.andar. Perdizes. Cep 05014-901 - Sao Paulo, SP - Brasil

Telefone: (11) 36708513 Ramal: 8400 Fax: (11) 36708513

Email: junq@pucsp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3186420006807999>

Data de submissão: 03 Mai. 2011. **Data de aprovação:** 30 Ago. 2011. **Sistema de avaliação:** *Double blind review*. Centro Universitário UNA. Prof. Dr. Mário Teixeira Reis Neto, Prof^a. Dra. Wanyr Romero Ferreira

Resumo

Este artigo propõe estudar as fundações corporativas com o objetivo de discutir o seu papel na gestão das políticas sociais. As fundações vêm assumindo papel de destaque como agentes de políticas sociais, não apenas pelo volume de recursos disponíveis, mas também por sua inserção na gestão das políticas mediante a realização de projetos. Para a pesquisa, primeiramente, foi feita uma revisão teórica referente às transformações do papel do Estado e da sua relação com as empresas e o Terceiro Setor. A metodologia utilizada na pesquisa foi de natureza quanti-qualitativa, mediante a realização de entrevistas em 6 fundações corporativas atuantes na área da educação. Foi feita uma análise qualitativa das entrevistas e também quantitativa para verificar como se dá a parceria entre Estado e empresas na gestão das políticas sociais. Os resultados da pesquisa revelaram que há uma preocupação dessas fundações com os problemas sociais e que, mediante a realização de projetos sociais, as empresas assumem um papel ativo no enfrentamento desses problemas em parceria com o Estado e as organizações sociais. Apesar do diálogo entre governo, organizações e fundações corporativas, ele é ainda incipiente e demanda maior compartilhamento de conhecimentos e habilidades entre esses atores. Contudo as fundações corporativas têm contribuído cada vez mais com a gestão das políticas sociais mediante o desenvolvimento de projetos locais, pautados pela demanda da comunidade.

Palavras chave: fundações corporativas, investimento social privado.

Abstract

This article intends to study corporate foundations in order to discuss their role in the social policies management. Foundations have assumed a prominent role as social policies agents, not only by available resources, but also for their inclusion in policy management through the projects implementation. For this article, first it had done a literature review concerning the

transformation of state's role and its relationship with business and the Third Sector. The research methodology was both quantitative and qualitative, by conducting interviews in six corporate foundations that works with education. The survey results revealed there is a concern of these foundations with social problems and by carrying out social projects, companies are taking an active role in facing these problems in partnership with the state and social organizations. Although the dialogue between government organizations and corporate foundations is still limited and demand greater sharing of knowledge and skills among those actors. However, corporate foundations have contributed for social policies management by developing local projects guided by community demand.

Keywords: corporate foundations, private social investment.

Introdução

A questão do papel das fundações na gestão das políticas sociais perpassa necessariamente o tema da pobreza. Esta existe quando um segmento da população é incapaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna, que são água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania.

De acordo com Camarotti e Spink (2003), falar em pobreza é argumentar sobre a incapacidade de uma sociedade em assumir como tarefas cívicas obrigatórias a redução das desigualdades, o aumento das oportunidades e a redistribuição das riquezas. Por isso são importantes ações tanto do Governo quanto de empresas e organizações sem fins lucrativos, isoladamente ou em ações em parceria. Nas últimas décadas, ocorreram profundas mudanças no modo das sociedades organizarem-se, provocando o surgimento de novas demandas sociais e alterações consideráveis nos papéis dos Governos, das empresas e da sociedade.

Uma das principais mudanças refere-se à gestão das políticas sociais, que é parte do processo estatal de alocação e distribuição de valores. De acordo com a definição de Abranches (1987, p.11), a política social "intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação das necessidades sociais básicas, assim como da promoção da igualdade".

Nesse sentido, o Estado intervém na realidade social para promover os direitos sociais e garantir os direitos do cidadão, sendo as políticas sociais decisivas para a consolidação democrática e para o fortalecimento da economia, dado o seu potencial de redução de riscos políticos e sociais. (DRAIBE, 1997).

Em função das demandas e pressões advindas da população e grupos organizados, que buscavam novas formas de gestão, o Estado deixa de ser promotor exclusivo dessas políticas. (JUNQUEIRA, 2002) A descentralização da gestão das políticas sociais ocorre a partir dos anos 80, gerando diversas mudanças no papel do Estado antes com forte atuação no setor, permitindo e, de certa forma, estimulando a ação de novos atores. Além disso, acaba por manifestar-se como uma estratégia de racionalização do aparelho estatal, buscando encontrar organizações privadas para ajudar na gestão de políticas sociais de modo a atender as demandas sociais. Essa estratégia ocorre não de maneira a substituir o Estado, mas a complementá-lo, buscando a cooperação das organizações em prol do enfrentamento dos problemas sociais. (JUNQUEIRA, 2006; PELIANO, 2001).

Nesse contexto, principalmente nos anos 90, novos parceiros surgiram: primeiramente as organizações do terceiro setor que emergiram e preencheram uma lacuna importante e, mais recentemente, as empresas. Estas aparecem nesse processo, adotando uma forma direta de atuação, através da constituição de um departamento específico, ou uma forma indireta, por meio da promoção de parcerias com outras empresas ou organizações do terceiro setor ou, ainda, no interesse de atuar exclusivamente na área social, algumas passam a integrar o terceiro setor por meio da constituição de suas próprias fundações ou institutos. (BORGES; MIRANDA; VALADÃO, 2007)

Além da expansão das organizações do terceiro setor em nível global e da atuação organizada do setor empresarial em projetos na esfera social, também há, nos anos 90, o início da fase de fortalecimento da ideia de Responsabilidade Social Corporativa – RSC e do Investimento Social Privado – ISP, conceitos disseminados, respectivamente, pelo Instituto Ethos e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.

Assim, a década de 90 foi marcada por diversas mudanças nas estratégias empresariais, visando a atender as novas exigências de uma economia globalizada na qual o país se inseria.

Entre essas exigências, surge a questão da Responsabilidade Social e do Investimento Social Privado como fatores de competitividade – as empresas acabam por promover sua imagem junto aos consumidores, melhoram o relacionamento com as comunidades e percebem ganhos de produtividade de seus funcionários. Além disso, “a gravidade da pobreza e a precariedade do trabalho fortaleceram os questionamentos sobre a capacidade de intervenção do Estado e estimularam a mobilização da sociedade em prol da ética na política e de justiça social aos excluídos” (PELIANO, 2001, p.34).

Apesar de inúmeras contradições e críticas sobre o papel efetivo das empresas na área social, seja por doações, patrocínios, projetos próprios ou por suas fundações ou institutos, a atuação dessas organizações não deve ser subestimada, já que elas possuem representatividade econômica e poder de mobilização. O que se deve ressaltar é que, ao realizarem ações sociais para a erradicação da pobreza, com significativos recursos financeiros e com relativa regularidade, as empresas acabam por se credenciar como atores importantes na gestão de políticas sociais.

A consequência disso é que a responsabilidade com o fazer direito é cada vez maior, exigindo, assim, um novo posicionamento dos empresários em relação aos problemas sociais. Conforme Peliano (2001), esse posicionamento passa não apenas pela melhoria da qualidade e da gestão, mas também pelo sentimento de compromisso e corresponsabilidade com os problemas da sociedade.

O cenário apresentado ainda está em processo de consolidação e há a necessidade de se fazer um balanço e analisar a participação das empresas, suas fundações e seus institutos corporativos. As fundações vêm assumindo papel de destaque como agentes de políticas sociais, não apenas pelo enorme volume de recursos disponíveis, mas principalmente pelo modo como se inserem na gestão de tais políticas. Elas atuam desde o atendimento de necessidades básicas como saúde e educação, até outros campos como cultura e esporte (BORGES et al., 2007). Nesse sentido, este artigo aborda a gestão das políticas sociais e, em seguida, o conceito de terceiro setor e sua relação com as empresas e as fundações corporativas, para assim discutir os resultados da pesquisa e a relação entre as fundações e a gestão das políticas sociais.

A Gestão das Políticas Sociais

A política social, os programas sociais e os projetos “não são apenas canais das necessidades e demandas dos cidadãos, mas também respostas a elas” (CARVALHO, 1999, p.19). Por isso a política social é de responsabilidade primordial do Estado - o mercado não tem entre suas virtudes gerar, por si só, bem-estar social, tarefa que cabe ao Estado – sendo a única instância capaz de vincular as instituições particulares e as próprias comunidades à gestão e execução das políticas sociais. Dessa maneira, para garantir a eficiência e eficácia da ação social do Estado, faz-se necessário privilegiar a complementaridade das ações desenvolvidas pelos diversos níveis da administração do Estado, assim como da sociedade civil (JAIME, 2007).

Gerir políticas sociais é mais que governar e satisfazer as necessidades públicas, também é aderir ao projeto de uma instituição da esfera pública. Assim, a relação entre o Estado e as

organizações de terceiro setor remete ao planejamento e à execução da gestão das políticas sociais públicas, e a gestão de qualidade é decisiva para que políticas e programas sociais possam converter-se em realidade (COLUCCI, 2001).

As organizações do terceiro setor possuem atributos bastante valorizados na gestão social. Segundo Carvalho (1998, p. 14), esses atributos são: i) capacidade de articular iniciativas múltiplas, revitalizando o envolvimento voluntário da comunidade ou de setores da sociedade civil; ii) a capacidade de estabelecer parceria com o Estado na gestão de políticas e programas públicos; iii) a capacidade de estabelecer redes locais, nacionais ou mundiais e, por meio delas, constituir fóruns de escuta e vocalização de demandas, introduzindo-as na agenda política.

Atualmente, a mudança das relações entre Estado e Sociedade não é mais uma questão de responsabilidade exclusiva do Estado, mas sim de cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil. A atribuição de novos papéis às organizações do terceiro setor decorre da descentralização do poder e da efetiva mudança que se operou no decorrer dos anos. Assim, as organizações ganham papel protagonista, maior expressão jurídica e reconhecimento social, assumindo funções efetivas diante do mercado e do Estado.

Terceiro Setor: um conceito em discussão

A partir do final da década de 80 e do início da década de 90, tornou-se comum, no Brasil, a expressão Terceiro Setor. Porém o termo não possui ainda consenso em sua definição. No entanto duas abordagens predominam, uma que define o terceiro setor como conjunto de organizações e outra, como espaço público. Entretanto elas não são excludentes, podendo, sim, serem complementares.

Na primeira abordagem, os autores definem o terceiro setor como o universo de organizações. Para loschpe (2000), o termo surgiu para conceituar as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária e possui como foco a atuação na área social visando à solução dos problemas sociais. Merege (2000) também afirma que a denominação terceiro setor foi criada para as atividades da sociedade civil, por incluir as organizações que não estão na esfera das atividades do mercado nem nas atividades governamentais. Portanto são organizações que não possuem as características de apropriação privada do lucro, prestando um serviço público e que geralmente sobrevivem de transferência de recursos de terceiros, tanto famílias, órgãos governamentais ou empresas privadas. Na mesma linha dos dois autores, Fernandes (2005) assinala como uma área não-governamental e não-lucrativa na qual se desenvolve um conjunto de iniciativas, que não são de governo, mas que objetiva realizar serviços com sentido público, produzindo bens sem gerar lucros.

Por outro lado, Boaventura dos Santos Souza (1999) diz que o “terceiro setor é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam a fins lucrativos, e, por outro lado, são animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, mas não estatais (SANTOS, 1999, p. 250-251).

Franco (2001) aponta as características comuns das organizações que podem ser inseridas no campo do terceiro setor: estão fora da estrutura formal do Estado; não tem fins lucrativos; constituídas por grupos de cidadãos da sociedade civil como pessoas de direito privado; são de adesão não compulsória e produzem bens e/ou serviços de interesse público.

Na mesma linha, a Universidade John Hopkins, com um projeto comparativo do setor sem fins lucrativos, também apontou algumas características das organizações componentes, ou seja: não integram o aparelho governamental; não distribuem lucros a acionistas ou investidores, nem apresentam tal finalidade; autogerenciam-se e gozam de alto grau de autonomia interna e envolvem um nível significativo de participação voluntária.

Outra perspectiva diversa das anteriores menciona que as organizações do terceiro setor conquistaram um papel importante no campo das políticas públicas, por constituir-se em um espaço de articulação, ou seja, em um espaço público. Assim, o terceiro setor pode ser visto como espaço público, já que acaba por reconstruir o mundo comum, um mundo compartilhado de significações, a partir do qual a ação e a palavra de cada um podem ser reconhecidas como algo dotado de sentido na construção de uma história comum (TELLES, 1990).

Nesse sentido, Souza-Cabral (2007, p. 03) denomina o terceiro setor como espaço de realização de esforços privados que são projetados sobre a questão social, sendo “um campo de relações sociais, onde atividades, ações, empreendimentos e organizações sociais privadas, envolvidas por propósitos solidários, expressam suas missões e participam da produção de bens públicos de proteção e desenvolvimento sociais”.

Também para Landim (1993), o terceiro setor é uma esfera pública que abrange um número expressivo de organizações heterogêneas que atuam em diferentes campos e contextos, que são motivadas por inúmeros valores em favor de uma coletividade.

Assim, a abordagem do terceiro setor como espaço público recupera:

[...] o papel político das organizações, bem como sua intervenção como local social de expressão de conflitos dos interesses de públicos diversos que se envolvem em suas finalidades, de acordo com necessidades de produção daqueles bens e sua capacidade de produzi-los. Supera-se dessa forma o tratamento do Terceiro Setor como um conjunto de organizações similares, dotado de condições impositivas de pertinência, talhando as organizações com características de não lucratividade, atendimento a formalidades legais, participação de voluntariado, e outras, que apenas mimetizam as lógicas distintas, que resultam de um comprometimento com uma missão em um espaço intermediário de relações sociais. (SOUZA-CABRAL, 2007, p. 03)

Neste artigo, o conceito de terceiro setor adotado é o de um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade através das diversas organizações sem fins lucrativos com atividades de interesse coletivo.

Relação entre empresa e terceiro setor

No Brasil, até meados dos anos 70, a classe empresarial não se sentia responsável pelas questões sociais, por entender que a solução dos problemas sociais era de responsabilidade do Estado, ao qual cabia intervir por meio de suas políticas sociais. (RICO, 2006). O que ocorria eram ações isoladas, doações na forma de caridade orientada pela religião e outras ações filantrópicas de alcance limitado. As empresas não tinham preocupação em serem socialmente responsáveis. Não iam além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e adotavam práticas com o intuito de serem identificadas como empresas melhores e que estavam contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa. Para se ter uma ideia, nessa época, os salários na indústria eram, na sua maioria, baixos e as fábricas empregavam mulheres e crianças por longas jornadas.

Mais tarde, nos anos 80/90, o setor empresarial passa a ter responsabilidade em relação ao desenvolvimento social e há um fortalecimento mundial das organizações do terceiro setor, dando início a ideia do Investimento Social Privado – ISP e da Responsabilidade Social Corporativa - RSC.

Neste estudo, por se tratar de fundações, a discussão estará centrada no ISP, definido pelo GIFE como o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Nesse contexto, incluem-se as ações sociais protagonizadas pelas empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias ou indivíduos. O Investimento

Social Privado é uma dimensão da Responsabilidade Social Corporativa. De acordo com o GIFE, a empresa, muitas vezes, ao entrar em contato com a comunidade, é contaminada por uma visão social que tende a influenciar o próprio negócio e acaba por disseminar essa prática para todos os públicos, adotando a RSC.

Assim, as organizações privadas adotam o investimento social privado de diversas maneiras, quais sejam: direto, quando a própria empresa, através de um departamento – geralmente a área de Recursos Humanos, Marketing, ou específica de Responsabilidade Social - realiza e controla os projetos; indireto, por meio da promoção de parcerias com outras empresas ou ONGs; ou pela criação de uma entidade juridicamente independente, a partir da constituição de um instituto (juridicamente associação) ou uma fundação, dessa forma, inserindo-se no terceiro setor (BORGES et al, 2007).

Como Borger (2001, p.9) comenta, a atuação das empresas orientada para a investimento social privado

[...] não implica que a gestão empresarial abandone os seus objetivos econômicos e deixe de atender os interesses de seus proprietários e acionistas, pelo contrário, uma empresa é socialmente responsável se desempenha seu papel econômico na sociedade, produzindo bens e serviços, gerando empregos, retorno para os seus acionistas dentro das normas legais e éticas da sociedade. Mas cumprir o seu papel econômico não é suficiente, a gestão das empresas é responsável pelos efeitos de sua operação e atividades na sociedade (BORGES, 2001, p.9).

Segundo Rico (2006), alguns pontos explicam o aumento do investimento empresarial: a exclusão social no país fez com que o empresariado assumisse uma posição no que se refere ao equacionamento da crise social, uma vez que pode atingir os negócios das empresas. Com isso investe em projetos sociais para obter resultados, que, se bem sucedidos, proporcionarão visibilidade, acarretando uma imagem institucional positiva. Contudo há uma preferência pelo investimento em projetos educacionais voltados para as crianças e os adolescentes, já que a formação educacional e a formação profissionalizante contribuem, em médio e longo prazos, para preparar uma mão-de-obra qualificada.

Nessa perspectiva, o investimento social privado é entendido como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, ou seja, de uma resposta empresarial às necessidades de redefinir o espírito do capitalismo. Nesse particular, o modelo explicativo, apresentado por Boltanski e Chiapello (1999), preconiza a transformação do capitalismo nos últimos trinta anos, baseando em três conceitos imbricados, considerados como macroatores: o capitalismo, o espírito do capitalismo e a crítica.

O primeiro é o capitalismo, sistema sócio-econômico que necessita de um espírito que torne possível engajar as pessoas à produção e ao desenvolvimento dos negócios. Como definido por Max Weber, o espírito do capitalismo seriam ideias e hábitos que favorecem a procura racional de ganho econômico, mobilizando as pessoas para se inserirem e se manterem no sistema capitalista. (o segundo?) O terceiro, a crítica, constitui o operador principal da criação e da transformação do espírito do capitalismo. O papel central da crítica está na construção do espírito que acompanha o capitalismo sob diferentes formas e em diferentes épocas. A crítica procura compreender as origens dos fatos que lhe causam indignação e que interpelam os dirigentes, obrigando-os a produzir as interpretações e as justificativas, categorizando o mundo e as relações (CRUVINEL; VIEIRA, 2006).

Apesar de serem atemporais, as críticas relacionam-se hoje aos conceitos de modernidade e de democracia. Uma expressão da crítica são os movimentos sociais e organizações não-governamentais, que buscam condições democráticas de igualdade social (BOLSTANSKI; CHIAPELLO, 1999). Já os deslocamentos são a manifestação da dinâmica do capitalismo que subverte a ordem existente, visando à sua reprodução, enquanto a crítica é o motor do deslocamento do capitalismo. Nesse sentido, é que o movimento pelo investimento social pelo empresariado constitui o deslocamento do capitalismo, que, alertado pela crítica,

modifica as formas de relações existentes entre organizações e sociedade. A necessidade de mudança na ação empresarial aparece como decorrência da crítica que se faz à atuação dos empresários e empresas resultantes também das pressões advindas dos problemas sociais.

Assim, o capitalismo, conjugado com essa crítica, produz um discurso de justificação do atual estágio de acumulação, operando um deslocamento, que é o movimento pelo investimento social privado e a responsabilidade social corporativa. Com isso são instituídas, para os diversos atores empresariais, novas exigências para o cumprimento de requisitos sociais para a empresa ser bem vista pela sociedade (CRUVINEL, 2005). Nesse contexto, a criação das fundações corporativas assume novas perspectivas.

Fundações Corporativas

A maioria das fundações corporativas foi criada nos anos 90, época que abrange o processo de redemocratização marcado pelo fortalecimento da sociedade civil e por uma percepção crescente da dificuldade do Estado em promover sozinho o bem-estar social. A princípio, as fundações foram designadas executoras de ações sociais. Hoje são vistas por suas mantenedoras como organismos estratégicos capazes de efetivar uma gestão mais sustentável e de ampliar o diálogo entre empresas e a comunidade. Os objetivos gerais das fundações dirigem-se a oferecer à comunidade serviços que visam a complementar os serviços do Estado.

No Brasil, a história legal das fundações brasileiras inicia-se no período compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XX. O primeiro esboço de fundação é encontrado no ano de 1738, quando Romão de Matos Duarte resolve destinar parte de seu patrimônio à formação de um fundo para auxiliar, exclusivamente, as crianças órfãs do Rio de Janeiro expostas na roda¹. Assim, nasce a Fundação Romão de Matos Duarte, que funcionava paralelamente à Santa Casa de Misericórdia, tinha patrimônio próprio e finalidade exclusiva de dar proteção e apoio as crianças do local. Porém a entidade não conseguia assumir a personalidade jurídica autônoma, funcionando como mero apêndice da Santa Casa do Rio de Janeiro.

O marco legal brasileiro para as fundações só ocorreu com a Lei 173 de 10/09/1903, em que conferiu personalidade jurídica a entidades com fins literário, científicos e religiosos. A consolidação no ordenamento jurídico do instituto fundacional como pessoa jurídica de direito privado, dotada de um patrimônio composto por bens livres destinados a uma finalidade social determinada, ocorre apenas em 1916 com o advento do Código Civil Brasileiro.

Atualmente, o Código Civil de 2002 reproduziu a figura da fundação como sendo pessoa jurídica de direito privado. Tanto as fundações quanto as associações são entidades públicas, sem fins lucrativos e de direito privado e estão enquadradas no Código Civil de 2002 como pessoa jurídica de direito privado.

No entanto o primeiro traço diferencial das associações e fundações é em relação ao elemento central, enquanto que nas associações o que predomina é o elemento pessoal (não precisa de patrimônio para a sua formação), nas fundações o que prevalece é o elemento patrimonial.

As fundações constituem um conjunto de bens personificados, segundo a vontade de seu instituidor, para um fim ideal, de utilidade pública. São fiscalizadas pelo Ministério Público e constituídas por um patrimônio que tem pessoas e estrutura administrativa para gerenciá-lo, a fim de realizar as ações necessárias para alcançar os fins específicos para os quais foi constituída. A alteração do estatuto depende da aprovação de 2/3 dos seus dirigentes e do Ministério Público. Em caso de extinção, o patrimônio da fundação pode ser destinado a outra fundação que se proponha a fazer um trabalho semelhante. Os órgãos típicos são o Conselho Curador, a Diretoria e o Conselho Consultivo.

Toda entidade fundacional privada, por realizar serviços sociais em atividade complementar àquelas não exclusivas do Estado, pode obter títulos que lhe garantam alguns benefícios. São os seguintes títulos previstos na ordem legal: Utilidade Pública, Organização Social (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidade Beneficente de Assistência Social. A partir dessas titulações, a fundação poderá gozar de benefícios como subvenções, isenção fiscal ou imunidade tributária.

Vários autores destacam o importante papel das fundações na dinâmica pública, principalmente por sua característica de perenidade, que impede a modificação dos objetivos a que foi vinculado o patrimônio.

Metodologia

A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, foi realizada mediante a utilização de um formulário com perguntas abertas e fechadas, aplicado junto aos dirigentes de seis fundações corporativas cadastradas no Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. O GIFE foi a primeira associação da América do Sul a reunir empresas, institutos e fundações que praticam investimento social privado.

Além do formulário, foi feito levantamento de documentos escritos, que permitiram processar informações sobre missão, objetivos e projetos das fundações e também a análise dos sites e outros documentos disponíveis na internet constituíram recursos da pesquisa. As entrevistas realizadas, mediante a aplicação do formulário, permitiram verificar a percepção dos dirigentes sobre a finalidade e práticas das fundações (CERVO; BERVIAN, 1983).

Para a análise das entrevistas realizadas e dos documentos escritos e outros apreendidos nos sites, foi feita a análise de conteúdo entendida como “um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica aplica-se à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento” (CHIZZOTTI, 1991, p.98).

Para a definição das seis fundações acima mencionadas, foram considerados os seguintes critérios:

- atuação em educação, pois é a área com maior volume de investimentos e com atuação de 83% dos associados da rede GIFE.
- ano de criação: foram escolhidas as fundações com maior tempo de atuação na área social, criadas antes de 1990. Apenas a Fundação Orsa, criada em 1994, foi considerada por possuir uma forte atuação social.
- fundações que não financiam projetos: esse critério é importante para que se possa analisar o efetivo papel das fundações, já que ao financiarem projetos de terceiros seria difícil averiguar os seus resultados.
- localização: esse item delimitou as fundações que possuíam sede na Grande São Paulo, para facilitar o acesso do pesquisador às fundações a serem estudadas.

Fundações estudadas

O perfil das fundações estudadas encontra-se no QUADRO 1 e o perfil dos entrevistados no QUADRO 2, a seguir:

QUADRO 1: Perfil das fundações

Fundação	Ano de criação	Sede	Sector Empresa Mantenedora
Bradesco	1956	Osasco - SP	Bancário
Bunge	1955	São Paulo - SP	Alimentos
Educar DPaschoal	1989	Campinas - SP	Automotivo
Orsa	1994	Carapicuíba - SP	Madeira, celulose, papel e embalagens
Victor Civita	1985	São Paulo - SP	Editorial
Volkswagen	1979	São Bernardo do Campo - SP	Automotivo

Fonte: Elaboração dos autores

QUADRO 2: Perfil dos entrevistados

Fundação	Sexo	Área
Bradesco	F	Relações Institucionais
Bunge	F	Comunicação
Educar DPaschoal	F	Responsabilidade e Desenvolvimento Sustentável
Orsa	M	Educação e Tecnologia
Victor Civita	M	Diretoria Executiva
Volkswagen	F	Comunicação

Fonte: elaboração dos autores

A iniciativa na criação da maioria das fundações deu-se a partir dos fundadores das próprias empresas mantenedoras e o seu motivo foi, geralmente, a preocupação pessoal com as questões sociais, principalmente a educação, que acreditam ser a base para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Conforme Peliano (2001, p.25), “a história de vida dos empresários, sua formação pessoal e a necessidade de se sentirem úteis, de se sentirem membros da sociedade, contribuem para o seu envolvimento em ações sociais de caráter público”. Apenas a Fundação Volkswagen foi criada pela matriz.

A educação é a área priorizada por muitas organizações, na rede GIFE, e pelas seis fundações pesquisadas, pois é a área com maior volume de investimentos. Os investimentos em projetos e programas sociais educacionais trazem ao empresariado vantagens de várias formas: uma é a preparação futura de mão de obra qualificada, para atender às atuais exigências da competição internacional; outra é que esse tipo de investimento, quase sempre realizado em regiões em que a empresa está situada, ajuda na construção de sua imagem junto à comunidade. Portanto o investimento na área educacional, em médio e longo prazo, significa investir no elemento humano, que possibilitará ao empresariado buscar no mercado de trabalho o talento profissional que será o seu diferencial na competição empresarial (CENSO GIFE, 2007/2008).

As fundações possuem missões diferentes, mas com objetivos similares. Três das fundações têm por missão contribuir mediante a cooperação, colaboração na execução da melhoria da educação e no desenvolvimento da cidadania; duas têm por objetivo formar, ou seja, ministrar a instrução formal, educar o público-alvo; a última tem o objetivo de promover a educação, para impulsionar e colocar em execução a educação.

De modo geral, conforme Borges et al. (2007), os objetivos das fundações destinam-se a oferecer à população carente, as comunidades que vivem no entorno das empresas, ações sociais desenvolvidas pelos seus projetos, visando a complementar a ação do Estado.

Buscam a transformação da realidade social, a superação dos problemas que afetam a população, por meio de seus projetos, executados nas localidades em que atuam.

As relações que as fundações mantêm com suas empresas mantenedoras é forte e, na maioria das vezes, funciona como instrumento de investimento social privado, ou seja, exerce a função de executar as ações e projetos sociais da empresa. Já 80% das fundações encontram-se incorporadas na estrutura formal da empresa, possuindo uma relação de dependência, tanto no que diz respeito ao pessoal da alta administração, quanto aos recursos repassados.

A estrutura das fundações varia pouco, apesar das diferenças de denominação. Contudo todas possuem o cargo de Presidente, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e de Equipe Técnica. Das fundações entrevistadas, seis têm, como Presidente, membro da alta gerência da empresa mantenedora, sendo que, em 5 delas, o presidente da fundação é o mesmo da empresa mantenedora. Apenas uma tem como presidente pessoa fora de seu quadro formal.

Em relação à definição das ações e projetos sociais, observa-se, pelas entrevistas, que eles foram definidos pela própria fundação, mas aprovados pelo Conselho Administrativo. Esse procedimento, de alguma maneira, permite inferir a dependência da fundação em relação à mantenedora. Além disso, parte do seu Conselho é do quadro da empresa.

De maneira geral, as empresas mantenedoras estão constantemente presentes na vida das fundações e exercem influência na determinação dos investimentos sociais privados. A ligação estreita entre empresa e fundação faz com que a última tenha sua autonomia enfraquecida, mesmo que seja a fundação que planeje, execute e proponha novos projetos há a necessidade de estarem em consonância com os objetivos e valores da empresa, já que ela obtém ganhos de imagem com a fundação, além de necessitarem serem aprovados pelo Conselho.

Os recursos para a manutenção, que permitem o planejamento e a execução de ações e projetos sociais das fundações, possibilitam atingir objetivos descritos na missão. No total, 66% das fundações, objeto desta pesquisa, recebem repasses diretos da empresa mantenedora e apenas 30% dessas fundações possui patrimônio próprio e apenas uma recebe subvenções do governo.

Alinhado a esse resultado, Schommer (2000) afirma que no Brasil ainda são raras as fundações que possuem patrimônio suficiente para assegurar independência do suporte financeiro das empresas mantenedoras.

A maioria das fundações não disponibiliza informações sobre o seu orçamento. Apesar disso, conseguiu-se encontrar valores aproximados em relatórios e sites. Esses valores são elevados e atingem cerca de 6 milhões de. Mesmo dispondo desses recursos financeiros, o pessoal envolvido com a gestão é pequeno, atingindo, em média, 30 pessoas. Esse número reduzido de pessoas não faz com as fundações recorram ao voluntariado, para gerir sua estrutura administrativa/financeira. Os voluntários estão presentes apenas nos Conselhos (Administrativo, Curador, Fiscal). Porém há programas de voluntariados estruturados no interior das empresas mantenedoras, que incentivam a participação dos seus funcionários em projetos sociais específicos.

O que ocorre nas fundações é a busca da profissionalização da gestão, no dizer dos entrevistados. Essa visão difere da conclusão de Peliano (2001, p. 84), para quem “na implementação das ações sociais, as empresas ainda não adotam uma gestão profissionalizada”. Essa visão é contrária ao discurso dos entrevistados das seis fundações, para quem há uma profissionalização da equipe técnica, assim como na escolha dos seus conselheiros. Para ocuparem esses cargos, são convidados profissionais oriundos de diversas áreas, com conhecimentos específicos, integrando especialistas das universidades, empresas e de outras organizações da sociedade civil.

Quanto à divulgação dos resultados das ações e projetos, a pesquisa, realizada por Peliano (2001), revela que há uma divulgação insuficiente desses projetos e dos seus impactos nos diversos segmentos sociais. Ademais as informações existentes nos sites das fundações não são suficientes para se ter uma ideia dos resultados de cada iniciativa. Poucas fundações mantêm atualizados seus sites, disponibilizando as informações sobre a condução dos seus projetos sociais.

Projetos realizados e âmbito de atuação

A área de educação é muito ampla e complexa, cobre desde o ensino para a população infantil até a educação de adultos. Isso permite diversos tipos de atuação, que incluem atividades educativas, atividades complementares e incentivos por meio de prêmios. De acordo com o Censo GIFE de Educação (2005/2006), uma instituição deve avaliar, com os recursos de que dispõe, o impacto na população, no setor educativo de seu interesse, das ações que realiza evitando que seu investimento seja diluído.

Geralmente, as fundações possuem mais de um projeto educacional, para atingirem seus objetivos e, por isso, atuam em diversas áreas. Dentre as fundações estudadas, o número de projetos varia de 3 a 14. É por meio desses projetos que as fundações atuam e decidem as áreas de atuação e seus respectivos segmentos (GRÁF. 1):

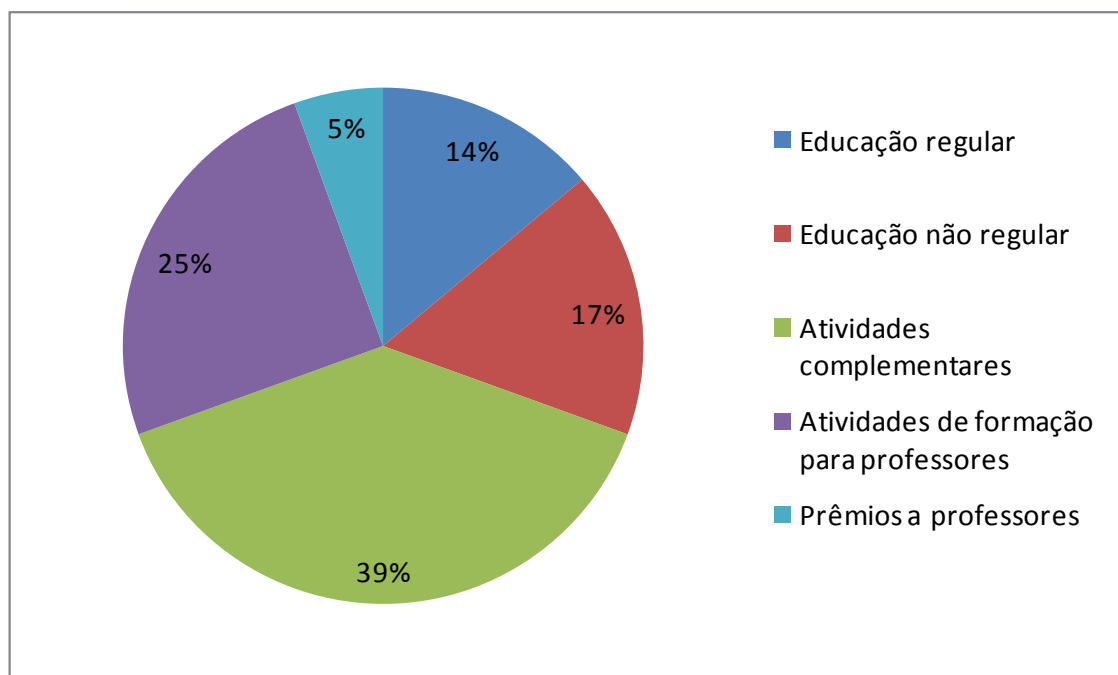


Gráfico 1 - Porcentagem de projetos por âmbito de atuação
Fonte: Elaboração dos autores

Educação formal regular - os níveis são a pré-escola, para crianças de 3 a 6 anos; a escola fundamental, para crianças entre 6 e 15 anos de idade; a escola média, para jovens entre 15 e 18 anos; e a educação superior, para jovens e adultos de 18 anos e mais. Além desses, são considerados como parte da educação formal as creches, para crianças de até 3 anos, e o ensino técnico de nível médio.

Educação formal não regular - busca atender a escolaridade perdida das pessoas que interromperam sua educação formal. Faz parte desse segmento a educação de jovens e adultos, cursos profissionalizantes, educação à distância.

Atividades complementares e extracurriculares - como, oficinas de arte ou de leitura.

Prêmios - busca incentivar a qualidade da educação, especialmente os professores, por meio da premiação de melhores práticas.

Atividades de formação para os professores - busca estimular os professores e capacitá-los para que os ensinamentos sejam transmitidos aos alunos.

A maioria dos projetos desenvolvidos são atividades complementares, como, por exemplo, oficinas de leitura, de arte, entre outros. Em seguida, 25% dos projetos são atividades de formação para professores. Não há, ao menos nas fundações pesquisadas, projetos desenvolvidos para o ensino superior. Apenas uma fundação possui um projeto que visa a proporcionar bolsa de estudos e capacitação universitária para professores que possuem apenas o magistério no Estado de Pernambuco, o que não configura um projeto de ensino superior.

O acompanhamento e a avaliação de resultados dos projetos são essenciais para corrigir possíveis erros durante o percurso da implantação, para enfrentar problemas externos que podem interferir no andamento dos projetos; para redimensionar metas físicas e financeiras, e para conhecer os resultados e os impactos das ações desenvolvidas (PELIANO, 2001).

Nesse ponto, todas as fundações dizem possuir avaliação de resultado para seus projetos e possuem indicadores que proporcionam avaliar a efetividade dos mesmos na comunidade.

Normalmente, os indicadores dizem respeito ao número de pessoas atingidas, voluntários envolvidos, número de parcerias e ações desenvolvidas. Isso se deve ao âmbito de atuação dos projetos – em sua maioria atividades complementares e formação de professores. Os indicadores utilizados pelas fundações não são os mesmos utilizados pelo Governo, como as metas do programa Todos pela Educação e os indicadores dos Planos Plurianuais. Vale ressaltar que mesmo sendo adotados os indicadores propostos pelo poder público, dificilmente seria possível comparar a atuação do Governo devido à sua amplitude. Não há, dessa maneira, como identificar o impacto nos indicadores do Plano plurianual, por exemplo.

Todas as fundações relataram que possuem parcerias com o Governo e com as organizações não-governamentais atuantes na localidade que estão inseridas, o que demonstra uma preocupação em realizar os projetos em parcerias para ampliar e otimizar os resultados das ações desenvolvidas tanto pelo governo quanto pelas fundações corporativas.

A relação das fundações corporativas com o governo, nas suas diversas esferas governamentais - municipal, estadual e federal - dá-se em parceria sem destinação direta de recursos financeiros. Todas as fundações dizem que, ao definir suas ações e projetos, consultam as esferas governamentais, principalmente, as prefeituras onde os projetos são desenvolvidos. A parceria com o Estado também dá-se por meio da extensão de alguns projetos da Fundação para a rede pública, permitindo que haja participação na formação e capacitação de profissionais das escolas do Estado.

As fundações estão em determinados territórios por longo tempo, passando, inclusive, por diversas gestões. Com isso, a parceria é documentada e formalizada mediante a celebração de convênios. A formalização dessas parcerias é feita por 83% das fundações com o poder público, independente do nível de governo.

A existência desses documentos formais, com declaração de responsabilidade mútua, não é suficiente para demonstrar o grau de envolvimento institucional, porém, sem dúvida, é um indicador do comportamento da empresa e um instrumento que torna públicos seus compromissos sociais (PELIANO, 2001).

As fundações e a gestão das políticas sociais

Uma das questões que surgem a respeito do envolvimento das empresas privadas na área social, seja diretamente ou indiretamente, é o papel que exercem na implementação e gestão das políticas sociais. Essa é a questão que se pretendeu discutir neste artigo mesmo que de maneira preliminar.

Para implementar as políticas sociais, o Governo tem como referência a lei do Plano Plurianual (PPA) que estabelece, nos termos da Constituição, os projetos e os programas de longa duração, definindo diretrizes, objetivos e metas da ação pública.

O PPA 2008-2011 do Governo Federal organiza suas ações com base em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O Plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo e, ao mesmo tempo, constitui referência para o setor privado e o terceiro setor.

No âmbito da educação, objeto deste artigo, os objetivos do Plano Plurianual 2008-2011 são:

Alcançada a inclusão de 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola, impõe-se avançar no desafio da melhoria da qualidade do ensino em nossas escolas. Pactuar metas anuais progressivas de melhoria do desempenho dos alunos com escolas e sistemas de ensino, bem como envolver pais e comunidade no acompanhamento dos resultados e na gestão escolar são iniciativas que passam a fazer parte da estratégia do Governo Federal na busca da melhoria da qualidade. É necessário ainda dar continuidade às políticas de valorização e qualificação dos profissionais da educação, transformar a escola em espaço atrativo, apoiar a educação no campo, promover a inclusão digital, melhorar o desempenho e o rendimento escolar e equalizar as condições de frequência e permanência de alunos socialmente desfavorecidos. (BRASIL, 2007 – grifo nosso)

Dentre os objetivos apresentados, a busca da qualidade da educação está presente explicitamente nas missões de 50% das fundações pesquisadas, sendo que nas restantes encontra-se implicitamente, mas todas as entrevistas afirmam que a respectiva fundação está contribuindo para a melhoria da educação. Isso revela que há por parte das fundações um alinhamento com as políticas de Governo. Esses objetivos, definidos no Plano plurianual, estão inseridos nos projetos das fundações, ou seja, nos 36 projetos por elas desenvolvidos. Assim, 33% dos projetos é para valorizar e qualificar os profissionais da educação e 28% para melhorar o seu desempenho e o rendimento escolar, como pode ser visualizado no GRÁF. 2.

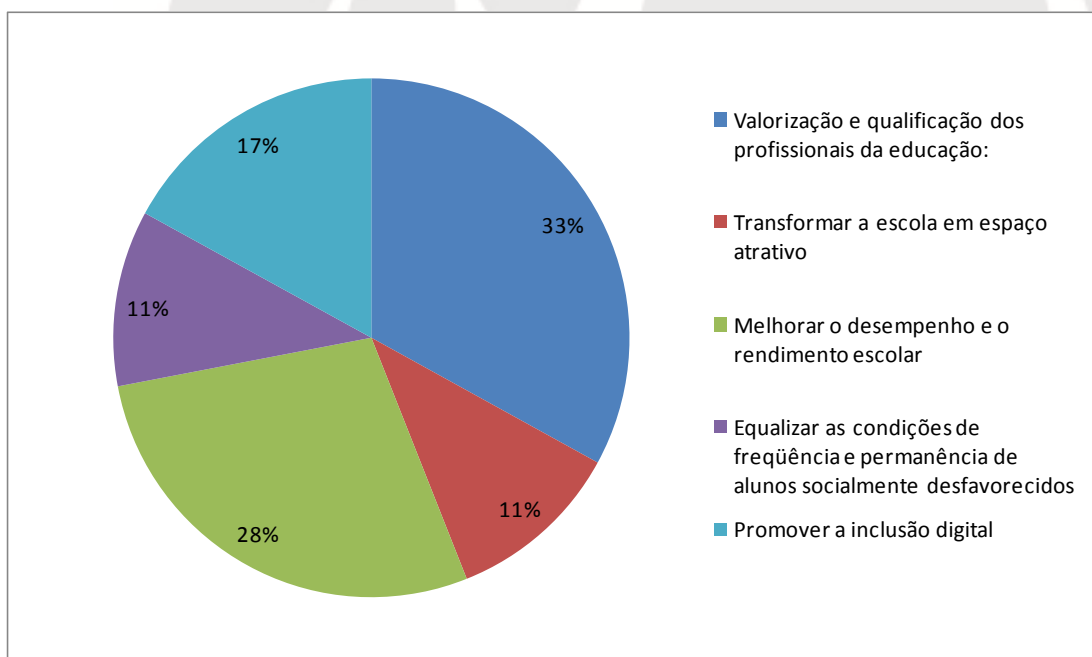


Gráfico 2 - Projetos conforme objetivos do Governo
Fonte: elaboração dos autores

Dentre os objetivos elencados a partir do Plano anual, a maioria é contemplada nos projetos das fundações estudadas, como pode ser observado no GRÁF. 2. Porém, ainda não são desenvolvidos projetos nas áreas de ensino superior, desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica, além dos projetos para pessoas com necessidades especiais. Esses objetivos, mesmo sendo considerados relevantes pelo governo, ainda não foram objeto dos projetos desenvolvidos pelo Governo Federal.

Além disso, não há como avaliar o real impacto e o alinhamento dos objetivos estabelecidos, já que, como explicitado anteriormente, as fundações não se utilizam dos mesmos indicadores que o Governo.

Apesar disso, pode-se perceber a intenção das organizações empresariais em se alinharem e apoiarem o poder público. No entanto apenas uma fundação participa do Plano plurianual de um município, mas não foi possível, nesta pesquisa, aprofundar sua efetiva participação na implementação dos projetos sociais.

Embora possam ser identificados traços de paralelismo em alguns projetos e atividades das fundações com as ações governamentais. No geral, o atendimento prestado por essas organizações são muito mais do que contribuição e fortalecimento na gestão das políticas sociais, mediante a parceria com o Estado, o que vem substituí-lo no seu papel de definição das políticas públicas.

De acordo com a pesquisa de Peliano (2001, p. 60): “há muito por ser feito para se promover a complementaridade estratégica no atendimento social. Falta estreitar as relações entre organizações privadas e governamentais para se obter maior sinergia na prestação de serviços de caráter público”.

Conclusão

A educação é recurso básico essencial, pois além da disparidade dos níveis educacionais da população, há a limitação do sistema educacional do país, acarretando entraves na qualidade do ensino, que possibilite a superação da pobreza e da desigualdade social. A falta de educação, ou seu baixo nível de qualidade, constitui um fator de perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos, o que acaba gerando um ciclo vicioso de perpetuação da pobreza.

Para o enfrentamento desse problema, e de outras demandas sociais, o Estado buscou encontrar organizações que contribuíssem na gestão das políticas sociais. Assim, novos parceiros surgiram, destacando as organizações do Terceiro Setor, do qual fazem parte as fundações corporativas. Essas organizações, além de possuírem uma preocupação com os problemas sociais, atuam sobre eles em parceria com o Estado, mediante a realização de projetos e ações realizados para a superação da pobreza.

Tendo como perspectiva o investimento social privado e a Responsabilidade Social Corporativa, as empresas buscam novas formas de se fazerem presentes na sociedade, em parceria com o Estado, para exercer seu papel como atores para contribuir na solução dos problemas sociais. Essas ações deixam de ser apenas uma forma de obter algum retorno financeiro e mudar a imagem do empresariado junto à população e tornam-se um processo que avança deixando de privilegiar apenas o lucro e o exercício da filantropia.

Mais que simplesmente doar recursos financeiros para outras organizações, as empresas, através de suas fundações, estão desenvolvendo e mantendo projetos sociais, que obtêm impactos positivos para a sociedade. A sociedade começa a cobrar resultados reais e a questionar o papel das organizações privadas.

Ainda há a ausência de indicadores de acompanhamento e resultados, principalmente alinhados aos objetivos do Governo, para que se possa analisar efetivamente o impacto de

seus projetos e da sua contribuição na gestão das políticas sociais. É necessário ampliar o diálogo, assim como o compartilhamento de capacidades e conhecimentos entre as diversas fundações e o Governo. Há parcerias, mas ainda incipientes entre esses atores. A colaboração e as ações conjuntas entre essas organizações podem trazer novas ideias e propostas para o enfrentamento dos problemas sociais, dando maior eficácia à gestão das políticas sociais.

De qualquer maneira, há uma busca de contribuição das fundações corporativas com o Estado, que preserva o seu papel de formulador e financiador das políticas sociais.

A discussão sobre o desenvolvimento de projetos está passando de uma visão globalizante para uma visão local, apropriada para cada comunidade. Com isso as fundações contribuem cada vez mais com as políticas sociais através de seus projetos locais, que são pautados por demandas da comunidade. De acordo com Cardoso (2005), é necessário reconhecer que as ações do Terceiro Setor no enfrentamento de questões diagnosticadas pela própria sociedade oferecem modelos de trabalho que representam maneiras mais eficazes de resolver problemas sociais.

O estudo sobre as fundações ainda é incipiente, é necessário aprofundar algumas dimensões dessas fundações na gestão das políticas sociais, verificando o seu papel de parceiro das organizações governamentais. O papel do Estado de formular e financiar a política não será substituído pelas fundações corporativas, pois o seu papel é local e as políticas sociais demandam soluções, para garantir os direitos sociais da população. Isso demanda o atendimento universal, a cobertura do conjunto da população. Esta pesquisa foi realizada em um tempo limitado e por isso não foi possível aprofundar todas as questões levantadas, mas que podem se constituir como indicações para pesquisas futuras, quais sejam: a relação da mantenedora com suas fundações e destas com a comunidade; a percepção da comunidade do papel das fundações corporativas e do seu impacto na realidade social; a parceria entre o Estado e as fundações na gestão das políticas sociais.

Referências

- ABRANCHES, S. H. *Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática*. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. (orgs). *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BORGER, F. G. *Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 2001.
- BORGES, J.F; MIRANDA, R.; VALADÃO, V. M. J. O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma 'nova' filantropia? *Revista de Administração*. Out/Dez 2007.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2008-2011 : projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2007. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008_mesPres.pdf. Acessado em 06 de novembro de 2009.
- CARDOSO, R. *Fortalecimento da sociedade civil*. In: IOSCHPE, Evelyn. 3º. Setor Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- CARVALHO, M. C. B. de. *Gestão social: alguns apontamentos para o debate*. In: *Gestão social: uma questão em debate* (Orgs). Elizabeth de Melo Rico e Raquel Raichelis Degenszajn. São Paulo: EDUC; IEE, São Paulo, 1999. p.19-29.
- CENSO GIFE Educação. 2005/2006. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Diversos acessos: 30 jan e 30 out. 2009.

- CENSO GIFE 2007-2008. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Diversos acessos: 30 jan e 30 out. 2009.
- COLUCCI FILHO, A. *A Gestão de Políticas Sociais – a necessidade de um estado “rede”*. São Paulo: FGV, 2001.
- CRUVINEL, E. *Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo da responsabilidade social no Campo das Organizações Bancárias*. Tese de doutorado, EBAPE, 2005.
- CRUVINEL, E.; VIEIRA, M. M. F. *Responsabilidade Social como deslocamento do capitalismo: evidências de um estudo*. In: XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração, 2006, Salvador. Anais do XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração, 2006.
- DRAIBE, S. Uma nova institucionalidade das políticas sociais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.11, n.4, p. 3-17, 1997.
- FERNANDES, R. *O que é Terceiro Setor?* In: IOSCHPE, Evelyn. 3º. Setor Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FERNANDES, R. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.
- FRANCO, A. A reforma do Estado e o terceiro setor. In: PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp, 2001.
- GRUPO DE EMPRESAS, FUNDAÇÕES E INSTITUTOS - GIFE. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Diversos acessos: 30 jan e 30 out. 2009.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Diversos acessos: 30 jan e 30 out. 2009.
- IOSCHPE, E. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JAIME, P. O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro v.39, n.4, p.939-78, Jul.- Ago., 2005.
- JUNQUEIRA, L. A. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. *Revista de Administração Pública*, n.6, 2000.
- JUNQUEIRA, L. A. *Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais*. In: CAVALCANTI, M. (Org.). *Gestão social estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- JUNQUEIRA, L. A. *Trabalho Voluntário e Gestão das Políticas Sociais*. In: Clotilde Perez; Luciano A Prates Junqueira. (Org.). *Voluntariado e Gestão das Políticas Sociais*. v. 1, São Paulo: Editora Futura, 2002. p. 136-147.
- LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Textos de pesquisa. Rio de Janeiro: Iser, 1993.
- MEREGE, L. *O papel do terceiro setor na construção de uma nova sociedade*. São Paulo: FGV, 2000.
- PELIANO, A. *Bondade ou Interesse? Como e por que as empresas atuam na área social*. Brasília: IPEA, 2001.
- RICO, E. *A filantropia Empresarial e sua inserção no Terceiro Setor*. In: Marly Cavalcanti. (Org.). *Gestão Social, Estratégias e Parcerias. Redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 75-99.
- RICO, E. *O empresariado, a filantropia e a questão social*. São Paulo em perspectiva, Fundação Seade, v. 11, n. 4, p. 60-69, out.-dez, 1997.
- SANTOS, B. S. *Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado*. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. ed. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora UNESP/Brasília, 1999. p. 250-251.
- SCHOMMER, P. Investimento Social das Empresas: Cooperação Organizacional num Espaço Compartilhado. *Organização e Sociedade*, v.7, n.19, p.145-160, Set./Dez., 2000.

SOUZA-CABRAL, E. Atributos do Espaço Público: Um Referencial de Avaliação no Terceiro Setor. VI Conferencia regional de ISTR para América Latina y el Caribe., Salvador de Bahía, Brasil. Organizan: ISTR y CIAGS/UFBA. Nov., 2007.

TELLES, V. Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social; Rev. Social.* USP, São Paulo, v 1, 1990.

¹ A “roda” era uma caixa giratória em forma de cesta embustida numa roda, que possibilitava deixar a criança pelo lado externo da parede da Santa Casa para que esta fosse recolhida pelo lado interno por enfermeiras.



